



DA BAIXOTINHA¹ À CAPOEIRA VELHA DE ÍNDIO² IDENTIFICANDO TERRITORIALIDADES DO MANEJO AGRÍCOLA TRADICIONAL AMAZÔNICO POR MEIO DE MAPAS MENTAIS

Jéssica Poliane Gomes dos Santos³
Fernanda Maria Freitas Viana⁴
Angela May Steward⁵
José Antônio Souza de Deus⁶

INTRODUÇÃO

Diferentes sistemas agrícolas tradicionais vêm sendo estudados em várias regiões do Brasil. Estes sistemas são entendidos como parte de dinâmicas de produção e reprodução de vários domínios da vida social, constituídos ao longo das vivências e experiências de vida, que orientam processos de construção de identidades (MONTEIRO *et al.*, 2019). Neste sentido, é necessário considerar estes sistemas tradicionais para além da questão da produção agrícola, pois representam também aspectos das dimensões social e cultural, com múltiplos significados. E vale ressaltar inclusive que a conservação ambiental, a proteção dos modos de vidas de diferentes povos tradicionais, perpassam pelos modos de fazer agricultura, seus lugares, seus instrumentos, suas formas de fazer.

Neste sentido, as motivações e os processos empreendidos no estabelecimento das áreas agrícolas, representam importantes elementos para a compreensão das territorialidades locais. Entender os aspectos que constroem essas relações com o

¹ Baixotinha é umas das etnoviedades de maniva utilizadas na região do médio Solimões, AM.

² Capoeira velha de índio, são antigas áreas em regeneração avançada, identificadas desta maneira pelos agricultores locais em razão de não se ter constituído por meio do manejo recente e não ter sido oriunda de herança familiar. É identificada como capoeira pela ocorrência de Terra Preta de índio (solo antropogênico), fragmentos cerâmicos, ferramentas, além da presença de espécies úteis a agricultura. (Informações obtidas em campo em janeiro de 2019).

³ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, jessicapoliane@gmail.com;

⁴ Coordenadora do Programa de Manejo em Agroecossistemas do IDSM – fernanda.viana@mamiraua.org.br

⁵ Docente do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará - UFPA – angelamsteward@gmail.com

⁶ Docente do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG jantoniosdeus@uol.com.br



ambiente, em seus sentidos subjetivos, simbólicos, a partir do espaço/mundo vivido é determinante para a compreensão de territórios, permitindo não só a permanência, mas também a valorização e resgate dos saberes tradicionais.

De acordo com Acselrad (2008), a experiência do Instituto Mamirauá, e o uso de mapeamentos participativos (incluindo-se aí os mapas mentais), para subsidiar planos de manejo florestal comunitário, ainda no início dos anos 1990, é considerada como umas das três experiências originais, “paradigmáticas” e inaugurais de Cartografia Social no Brasil. Além das ações de gestão de uso dos recursos florestais, a instituição utiliza o mapeamento participativo, (especialmente o mapa mental, mas também outras técnicas) nas demais áreas em que presta assessoria técnica no manejo dos recursos, como na pesca e na agricultura. Apesar desta longa trajetória e das contribuições destas ferramentas em várias áreas de atuação da Instituição, os mapas mentais produzidos nestes processos, ainda são pouco explorados em relação as análises possíveis que podem ser realizadas com esses dados.

Na região do médio Solimões, onde atua o Instituto Mamirauá, tem sido realizados diversos estudos em diferentes áreas temáticas, sobre a agricultura tradicional praticada pelos povos tradicionais locais, que objetivam desde a compreensão dos aspectos envolvidos no manejo, a importância da agrobiodiversidade local para a soberania e segurança alimentar e para a conservação da floresta amazônica, além do mapeamento e dinâmica da paisagem agrícola ao longo do tempo, que incluem a aplicação de mapas mentais como parte do processo metodológico para análise do espaço.

Com base nessas premissas este trabalho tem como objetivo, identificar a potencialidade de uso dos mapas mentais como ferramenta para a compreensão das territorialidades agrícolas, e assim validá-la como instrumento essencial para a identificação e reconhecimento de aspectos simbólicos, cosmológicos e perceptivos de uso/apropriação nos territórios, que comumente não são identificados pela descrição e inventariação de elementos/usos da paisagem em si.

Os resultados desse trabalho revelam que as motivações e os processos empreendidos no estabelecimento das áreas agrícolas, representam importantes elementos para a compreensão das territorialidades locais, seja dos ribeirinhos (categoria política) de várzea ou da terra firme (categoria indenitária de origem). Entender os aspectos que constroem essas relações com ambiente, em seus sentidos



subjetivos, simbólicos, a partir do espaço vivido é determinante para a compreensão deste território, permitindo não só a permanência, mas também a valorização e resgate dos saberes tradicionais, bem como a conservação da floresta, uma vez que tem sido provado, cada vez mais, a influência dos diferentes povos tradicionais nas ações de manejo sustentável no uso da biodiversidade.

O uso dos mapas mentais é parte de um diversificado conjunto de procedimentos elencados nos chamados mapeamentos participativos ou sociais, tendo sido tal instrumento utilizado em diferentes contextos, para auxiliar as comunidades tradicionais na proteção dos seus modos de vida e seus territórios (SILVA e VERBICARO, 2016). Em razão de possuírem características e especificidades socioculturais com forte identidade com o lugar que habitam, que determinam as formas de apropriação e de usos do território e de seus recursos naturais, é importante que esses sujeitos possam ser protagonistas nos processos de gestão de seus territórios.

APORTE TEÓRICO

De acordo com Correa e Rosendahl (2012), na denominada Nova Geografia Cultural o conceito de cultura, é entendido através dos significados “[...] criados e recriados pelos diversos grupos sociais a respeito das diferentes esferas da vida em suas específicas espacialidades” (p. 8), adotando uma análise interpretativa e não determinante, sendo o “reflexo, meio e condição de existência e reprodução dos diferentes grupos sociais” (CORREA e ROSENDAHL, 2012, P.9). Para Hoefle (2012, p.31), a ideia de cultura trabalhada por esta linha, tem influências “pós-estruturalistas (poder, resistência) e pós-modernistas (processos comunicativos e simbólicos)”. É nesta linha interpretativa da Geografia Cultural que a geografia humanista já vai encontrar seu campo de discussão, especialmente ancorada pela perspectiva da geografia da percepção, abrindo outras possibilidades de entendimentos da cultura no âmbito da geografia, contribuindo na consolidação das influências fenomenológicas.

A esse respeito, é importante salientar ainda que é com a obra denominada “*L’Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*”, e publicada em 1952 por Eric Dardel, que a aproximação mais exata entre a geografia e a fenomenologia irá se concretizar, sendo talvez, o “único exemplar de uma autêntica geografia existencialista até hoje escrito” (HOLZER, 2008, p 141). De acordo com Serpa (2019), Dardel



combinou trabalhos de diferentes filósofos fenomenológicos (Heidegger, Minkonski, Jasper e Bachelard) com descrições de experiências de poetas e escritores, e com isso, criaria uma verdadeira ontologia do sentido geográfico. Esse sentido geográfico que representa a essência de existência dos seres humanos na terra, uma relação de simbiose entre ambos descrita por Dardel, é denominada de geograficidade.

A respeito desse conceito, Cirqueira e Spósito (2019) argumentam que o acréscimo do prefixo “ade”, está ligado “à propriedade e ao modo do ser “” (p.36), ou à “ideia de característico do geográfico, a essência do geográfico” (p.37), e para eles o mais importante na substantivação do conceito, é que a palavra passa a trazer como significado a representação da ideia de ação realizada no/do geográfico, enquanto prática ou experiência espacial ou geográfica.

Entretanto, a obra de Dardel só vai ser rediscutida de maneira mais efetiva, na década de 1970, quando geógrafos ligados à Universidade de Toronto, no Canadá, a redescobrem, e a partir daí, propõem uma renovação ao método de análise metodológica na geografia cultural, procurando contrapor os métodos positivistas que estavam em alta no campo da ciência geográfica, com o advento da escola quantitativa.

Relph (1973) é o primeiro geógrafo a buscar a fenomenologia de Husserl e aproximá-la da Geografia, sendo particularmente influenciado por Dardel (1952) (SERPA, 2019; HOLZER, 2008), realizando estudos que exploram e se utilizam de uma “descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva” (HOLZER, 2008, p.x). De acordo com Serpa (2019), Relph defende em seus estudos que os conceitos científicos e as convenções sociais acabam por obscurecer os sentidos reais do mundo vivido, ocultando diferentes significados que deveriam ser descobertos.

Buttimer (1976) traz algumas noções chaves da fenomenologia existencialista, como por exemplo, a intersubjetividade, a intencionalidade e o mundo vivido e a partir dessa base filosófica, de acordo com a autora, era possível compartimentar o estudo do espaço a partir de três campos; 1-por meio de “um mosaico de lugares que refletem a vontade, valores e memória humanas” [...]; 2 – por meio de “um espaço social que filtra os sistemas sociais e as redes de interação”; 3- por meio de um estudo do espaço que considere os “processos ecológicos e sua organização funcional” (HOLZER, 2008, p. 143).



Para esses autores, que são um dos principais representantes do desenvolvimento e consolidação dos estudos e pesquisas no âmbito da geografia humanista e cultural, o lugar, a paisagem e o espaço são as principais categorias conceituais de análise, colocando o primeiro, como o mais essencial dos três, pois nele é possível focalizar tanto o espaço como a paisagem, considerando as intenções e experiências.

Como supracitado, é o lugar (enquanto categoria conceitual) que vai permitir apreender os aspectos sobre a percepção dos sujeitos com os locais em que vivem, evidenciando particularidades, advindas de uma “multiplicidade de relações, expondo funções de uso determinadas pelos ritmos de vida e pelas formas de apropriação do espaço [...] refletindo fundamentos orgânicos, cognitivos e simbólicos como importantes indicadores” destes lugares representados (KOZEL, 2018 p. 43). Assim, o lugar “emerge o indivíduo concreto, real, que organiza o espaço de acordo com seus valores culturais” (KOZEL, 2018, p.44).

O lugar é o espaço onde as relações são construídas e podem variar conforme o contexto histórico, cultural, social fazendo com que as significações e os diferentes valores tragam em si mesmos uma carga individualizada das várias possibilidades de mundos pessoais existentes e suas influências pormenorizadas por elementos como o gênero, a idade, capacidade sensorial, cognitiva, dentre outros (TUAN, 1980). Essas relações são construídas e experimentadas em situações do viver, do habitar, do consumo, do trabalho, do lazer.

Para Claval (2007), essas relações dos indivíduos com o lugar fazem parte dos primeiros aprendizados culturais que estão constantemente se desenvolvendo, e embora a apropriação e as relações estabelecidas com os lugares se diferenciem entre as culturas, seja qual for o contexto, os processos de se reconhecer e orientar-se sobre o espaço, “são procedimentos indispensáveis a todos” (p. 189).

É por isso que Holzer (2013) chama a atenção que para entender as territorialidades e conseqüentemente os territórios, é preciso entender os lugares e suas lugaridades. Partindo de densos e ao mesmo tempo objetivos, apontamentos fenomenológicos sobre o conceito de lugar, mundo e território, o autor apresenta uma tese, onde disserta.

[...] “Se determinado grupo de pessoas compartilha mundos comuns, tornados lugares, esses são demarcados para outros grupos, que compartilham outros mundos, como territórios. **Os territórios se apresentam como a**



afirmação da identidade, do comum-pertencer de determinado grupo, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares.” (HOLZER, 2013, p.25)

Neste mesmo sentido, ao propor uma categoria híbrida denominada “lugar-território”, Duarte (2009, p.76) visualiza o “lugar enquanto espaço de identidades com relações de poder, de desconstrução e re-construção contínuas que vão se materializando a partir de um olhar multifacetado”. O autor entende ainda que existe uma relação intrínseca do lugar com o território especialmente pela afirmação das identidades proporcionada pelos lugares. De acordo com Duarte (2009) pode-se relacionar o “lugar-território” enquanto espaço da manifestação das identidades e das relações com outros “lugares-território”, sendo estes movimentos muitas vezes de “fechamento”, o que consequentemente estabelece os limites, configurando assim nas territorialidades.

Em relação às territorialidades, destacamos aqui os conceitos atribuídos a Raffestin (1993), em que segundo o autor, somos todos produtores de territórios, estes constituindo espaços modificados pelas relações de trabalho, pelos signos da vida cotidiana, pelas relações de poder e que por isso, implicam em territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, 2015). De acordo com Saquet (2015), a abordagem da territorialidade a partir de Raffestin (1993), é entendida como um produto da coletividade e das relações entre os indivíduos no espaço.

Já para Robert Sack (1986), que tem o conceito de territorialidade como abordagem central em sua obra, esta é entendida como estratégias de influência e domínio, sobre recursos, fenômenos, relações e pessoas (SAQUET, 2015); para ele a [...] “a territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (SAQUET, 2015, p. 83 apud SACK, 1986, p.2).

Neste sentido é que o lugar tem sido essencial para o entendimento das territorialidades, especialmente aquelas voltadas para se pensar em ações e políticas que buscam a gestão compartilhada de **territórios diferenciados** (ESCOBAR, 2015), como Unidades de Conservação e Terras Indígenas, territórios quilombolas. O uso de mapas mentais e outras variações como etnomapeamentos, mapas êmicos, tem sido amplamente concretizado em estudos e pesquisas desenvolvidos para subsidiar as gestões territorial e ambiental de terras indígenas, planos de gestão de Reservas de



Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, permitindo que estes territórios adotem instrumentos de gestão mais condizentes com os aspectos culturais e sociais de uso do território dessas populações.

UM DIÁLOGO DE MAPAS

É a partir do livro de Kevin Lynch (1959) que a ideia de Mapa Mental foi introduzida na Geografia; trazendo questionamentos sobre os processos de se deslocar/orientar-se, as referências e representações que cada pessoa utiliza-se para se organizar e vivenciar os espaços, norteando o uso da técnica nos estudos posteriores (CLAVAL, 2012).

Para compreender os aspectos representados em um mapa mental, Kozel (2018) reafirma a importância do conceito de mundo vivido aliado à categoria lugar como forma de olhar este espaço representado nos mapas mentais. O conceito de mundo/espaço vivido reflete a maneira como os sujeitos dão sentido e significado ao espaço. Este processo ocorre por meio das interações com outras pessoas, com as relações afetivas estabelecidas com o espaço, com a forma em que esse espaço é percebido, olhado, sentido, amado, **modelado** (KOZEL, 2019 apud FREMONT, 1976).

É importante citar que foi com o desenvolvimento da cartografia e geografias críticas de base humanistas, que o uso de mapas mentais e outras variações (como os etnoSIGs, etnomapeamentos, cartografia social e participativa), começam a ser amplamente utilizados em ações de gestão de territórios, em que a incorporação dos conhecimentos dos povos locais, entram como elementos primordiais no processo de mapear. Desde os mapas mentais (sem um rigor cartográfico científico, em termos geométricos) ao diálogo entre esses e os Sistemas de Informação Geográficas, com base em uma produção cartográfica altamente tecnológica, os produtos ou produções oriundas desses processos permitiram não só a representação de diferentes realidades, mas também, proporcionaram instrumentos para **compreender** realidades e contextos que vão muito além das formas de entendimento do espaço marcada por um positivismo exacerbado (MAGALHÃES, 2013).

Para Crampton e Krygier (2008), no âmbito da cartografia crítica, os mapas produzidos neste âmbito da cartografia social, rejeitam posições estritamente binárias e segregadoras, tais como arte/ciência, científico/ideológico, cultura/natureza e



representam verdadeiros “documentos sociológicos que precisam ser entendidos em seus contextos históricos” (p.90). Neste mesmo sentido reafirmando um argumento de Wood (1978), os autores salientam que “uma cartografia da realidade precisa ser humana, humanista, fenomenológica”, para assim, conseguir dar conta dessas realidades que são múltiplas, diversas não seguindo, em muitos casos, a linearidade esperada e costumeiramente constituinte dos mapas elaborados com o rigor científico e os parâmetros atribuídos ao cartesianismo clássico da cartografia tradicional. Para os autores, “o mapeamento pré-científico ou não-disciplinado é abundante em muitas culturas humanas”.

Para Silva e Verbicaro (2016), estes mapas são importantes ferramentas para que as próprias comunidades identifiquem as formas de representação da realidade que percebem, a partir de suas experiências vividas, além de as familiarizar com o uso do mapa, como ferramenta de planejamento e diálogo com os espaços institucionais de reconhecimento “formal” de seus territórios.

Ainda no aspecto que envolve diretamente os povos tradicionais, é importante lembrar como bem descreve Little (2002), que um aspecto “fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões”, podendo se observar que os territórios são compostos por amplos tipos de territorialidades, “cada uma com suas particularidades socioculturais”. Laschefski (2007), ainda lembra que populações tradicionais possuem formas de uso do território e espaço, “plurais”, e suas territorialidades são “construídas a partir das práticas sociais em condições ambientais específicas” (p. 40). Neste sentido, existe a territorialidade da caça, do uso do rio, das práticas agrícolas, religiosas, cosmológicas, dentre outras, convergindo em um mesmo território.

Esse processo é importante pois ao entendimento da territorialidade nas referidas comunidades, normalmente não correspondem concepções abstratas do Estado ou de outros agentes externos, o que pode causar conflitos com os grupos sociais locais que desenvolveram as suas próprias territorialidades baseadas nas suas percepções e concepções do espaço em que vivem. E é neste sentido que a produção de mapas participativos e sociais integrados a produção formal de mapas utilizando outros tipos de tecnologia, estabelecem “relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território” (ACSERALD, 2008), incluindo assim dados da história, da



cultura, tecnologia para informar e redefinir ideias sobre o território e a sua relação entre os agrupamentos humanos, que não são capturadas pelos meios cartesianos tradicionais.

O MANEJO AGRÍCOLA TRADICIONAL NA REGIÃO DO MÉDIO SOLIMÕES

A atividade agrícola praticada em grande parte da Amazônia é influenciada pelas dinâmicas ambientais específicas que ocorrem na região. A prática agricultura tradicional no médio Solimões, é caracterizada como migratória, aliada ao processo de corte e queima. Este sistema agrícola é encontrado em diferentes partes do mundo, principalmente nas regiões de florestas tropicais. Nos diferentes lugares onde esta prática é utilizada, existem variações no processo que estão condicionadas às características físicas dos ambientes locais.

Neste sistema, os agricultores manejam de duas a três áreas com diferentes tipologias simultaneamente e onde a principal cultura manejada é a da mandioca. A dinamicidade da prática agrícola transforma a paisagem da floresta, e esta se apresenta como um mosaico diversificado em termos de formas, padrões, cores e tamanhos (figura 3). Isto se dá pelo seguinte processo nas etapas do manejo. Os agricultores derrubam uma área florestada (em média entre um e dois hectares), queimam a vegetação aproveitando as cinzas como incremento para fertilizar o solo e posteriormente estabelecem os plantios das manivas (de diferentes qualidades) junto com algumas outras espécies frutíferas de preferência do agricultor.

Estas áreas são manejadas continuamente durante 2 a 3 anos e quando o solo aí começa a se esgotar, a área é deixada em pousio (que pode variar de 5 a 10 anos ou mais), para que ele se recomponha/ se reestabeleça e os agricultores possam retornar a esta área reservada para pousio após determinado tempo. Esse processo de uso, pousio e retorno a áreas, é uma característica importante, pois permite à floresta se reestabelecer, formando sistemas agroflorestais que propiciam tanto o uso quanto a conservação da floresta em pé.

Nas unidades de uso agrícola típicos dos ambientes de terra firme/ paleovárzea na região do médio Solimões, especificamente da Reserva de Desenvolvimento



Sustentável Amanã, a paisagem agrícola é composta por uma diversificada tipologia de áreas: a roça, o sítio e os quintais (PEREIRA, 2006; VIANA *et al.*; 2016). Os **roçados** ou roças são as áreas onde estão estabelecidas as plantações da mandioca e cada unidade de uso apresenta uma considerável diversidade de manivas, podendo ser cultivados até 13 variedades diferentes em uma mesma área (PEREIRA, 2006; LIMA e STEWARD, 2012).

Os **sítios** ou **pomares** são áreas oriundas de antigos roçados que foram sendo enriquecidos com variadas espécies de plantas madeireiras e frutíferas e apresentam significativa diversidade de espécies úteis em suas áreas. As espécies mais comumente plantadas variam de acordo com o ambiente (várzea ou terra firme/paleovárzea). Os **quintais** normalmente estão localizados em áreas mais próximas às casas e/ou das comunidades, e apresentam extensão menor que as áreas de sítio. São os locais de cultivo de plantas de uso medicinal, alimentício e ornamental (VIANA *et al.*, 2016; STEWARD, 2013). São áreas importantes na entrada de recursos diários à subsistência das famílias ribeirinhas (VIANA *et al.*, 2016)

Além destas áreas de uso e manejo mais constantes, o sistema agrícola ainda é composto por áreas de capoeiras, que são as áreas de vegetação secundária deixadas em pousio, após o uso simultâneo dos roçados. Como já citado anteriormente, o tempo de pousio varia de acordo com o perfil das comunidades, no que concerne aos aspectos demográficos, produtivos e geográficos. Estas áreas podem ser transformadas novamente em roçados, após várias reutilizações. Caso a área de capoeira contenha muitas espécies frutíferas, elas podem se tornar sítios, e não mais serão incluídas no ciclo de uso constante de manejo, e passando a ser uma área utilizada para ~~um~~ manejo agrícola permanente, aproveitando o potencial das espécies frutíferas que se desenvolveram aí ao longo do tempo.

As localizações das áreas agrícolas variam de acordo com o ambiente no qual a comunidade e/ou os agricultores vivem. Em áreas de terra firme, os roçados são estabelecidos em mata primária ou capoeiras, atrás das comunidades, que normalmente estão localizadas próximas às margens dos rios e igarapés. À medida que vão sendo utilizadas, as áreas de roçados e capoeiras vão se afastando das proximidades das comunidades, chegando a se situar em torno de 4 km de distância do núcleo de moradias. Quando a distância ultrapassa este limite, os agricultores passam a cultivar



seus roçados às margens dos rios e igarapés⁷, opostas às comunidades ou não. Neste sentido, a tendência de crescimento da área agrícola ocorre contiguamente ou nas proximidades dos rios e igarapés (o que facilita o escoamento da produção), em vez de avançar “mata adentro”.

METODOLOGIA

O trabalho utiliza-se da análise dos oito mapas produzidos pelas comunidades ribeirinhas no Médio Solimões, domiciliadas em territórios inseridos dentro dos limites da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA). O território ocupado pela RDSA é constituído por florestas de terra firme, áreas de várzea e paleovárzea (IRION *et al.*, 2010). A região está inserida nas terras baixas de florestas equatoriais, ou Planície Amazônica, que se destacam pela baixa declividade; e é uma área sujeita a inundações periódicas, que nos períodos de maior pico, podem chegar a 15 m de elevação do nível das águas dos cursos fluviais (AYRES, 2006).

Os mapas analisados neste trabalho integram pesquisas sobre a dinâmica da agricultura migratória na RDS Amanã e foram elaborados entre os anos de 2014 e 2019. A pesquisa, por sua vez, vincula-se a um monitoramento sistemático realizado desde 2009, que buscava estimar a área total de floresta convertida em área agrícola (incluindo pasto). A produção dos mapas foi realizada de forma coletiva pelos moradores das oito comunidades, com participação de mulheres e homens de diferentes faixas etárias. As perguntas norteadoras para orientar a produção dos mapas tiveram a intenção de motivar os atores envolvidos a representar os saberes e técnicas empreendidas no processo de implementação das áreas de cultivo, bem como explicitar o histórico de uso das áreas, a sua extensão e os aspectos produtivos mais relevantes incidentes aí.

É relevante assinalar que os estudos realizados por Viana *et al.* (2016) e Santos *et al.* (2019) utilizando a produção de mapas participativos e sociais, integrados à produção formal de mapas utilizando outros tipos de geotecnologias (SIG's e Sensoriamento Remoto), procuraram mapear e compreender a dinâmica da agricultura praticada por ribeirinhos no médio Solimões, e permitiram estabelecer “relações entre

⁷ Igarapé é um riacho que nasce na mata e deságua num rio. O vocábulo é de origem *tupi* e em termos literais significaria: o caminho das canoas, Povos indígenas domiciliados no alto e médio Solimões como os *Omágua* (*Kambéba*) e *Kokáma* integram o Tronco *Tupi*. O *tupi* (ou *nheengatu* – “língua boa”) influenciou significativamente, também, a toponímia regional (Tefé, Içá, Japurá, Jutai, Mamirauá, etc., são topônimos de origem *tupi*), Zoonônimos como pirarucu, uacari, uirapuru, jacaré, tucunaré, tracajá... também são de origem *tupi*.



linguagens representacionais e práticas territoriais (ACSELRAD, 2008) da atividade agrícola, incluindo dados do uso histórico, mobilidades, formas de uso dos ambientes, ampliando as possibilidades de entendimento do uso do território.

Nas análises, com base na metodologia proposta por Lima e Kozel (2009) os aspectos considerados estiveram voltados especificamente à representação das formas dos elementos nas imagens, à sua distribuição e especificidades dos ícones, bem como considerou as intencionalidades na representação. Procuramos analisar também, aspectos das interações multi-escalares envolvidas no manejo, identificadas por Steward e Lima (2014). Ressalte-se que as autoras descrevem- em suas abordagens da questão-, que os agricultores ao manejar seus roçados, atuam em três escalas diferentes: as da paisagem, da roça e da maniva, numa interação que abarca os aspectos biológicos do solo e da planta, os aspectos de conhecimento do ambiente e, também, colocam em evidência as formas de articulação com redes de parentesco e relações sociais estabelecidas ao longo da cadeia produtiva. São essas escalas e interações que são ~~os~~ destacados nos mapas produzidos.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Parte 1 – Perfil de participação na elaboração dos mapas.

Nesta primeira parte da apresentação dos resultados são levantados o perfil de participação na oficina de elaboração do mapa e descrito como se deu a participação em relação ao gênero e faixa etária dos envolvidos. Como pode ser observado na tabela abaixo, a participação na atividade foi bem variada entre as comunidades. A presença nas oficinas era daquelas pessoas mais envolvidas com a agricultura, e que, apesar de ser uma atividade comumente masculina (representante do núcleo familiar que tem posse das áreas de roças), as mulheres também dela participam, sendo em alguns casos donas das áreas.



Tabela 1: Perfil das comunidades e dos elaboradores dos mapas.

COMUNIDADE	AMBIENTE	PARTICIPANTES	GÊNERO		QUEM PRODUZIU
			FEM	MASC	
Boa Esperança	Terra Firme	40	14	27	4 homens
Nova Jeruzalém	Terra Firme Varzea	27	20	7	6 homens e 3 meninas jovens
São José da Mensenjana	Terra Firme	14	5	7	4 homens e 1 mulher
São João do Ipecaçu	Terra Firme	14	10	4	5 mulheres e 2 homens
Matuzalém	Terra Firme	10	5	5	3 homens e 1 mulher
São Paulo do Coraci	Varzea	9	3	6	4 homens
Várzea Alegre	Varzea	20	8	12	1 mulher e 1 homem
Samaria	Varzea / Terra Firme	9	5	4	2 mulheres e 1 homem

De uma maneira geral, a participação em relação ao gênero na produção dos mapas mentais, foi equiparada em 50%, embora com a maioria de participação, ora, de mulheres e ora de homens, em algumas comunidades. É importante se atentar também, aos aspectos que mostram o número de participantes na reunião em comparação com o número de pessoas e o gênero de quem de fato produziu o mapa. Ao se dispor na elaboração, entende-se que as pessoas que o façam tenham estreita relação com a prática e o conhecimento do território para o manejo das áreas.

Embora ainda não se tenha estudos que tratem de maneira mais particularizada o papel do gênero na agricultura na RDS Amanã⁸, Pereira (2006) observou aspectos importantes relacionados ao tema, que nos ajudam a entender os resultados apresentados na tabela. O autor observou que a participação das mulheres, assim como de todos os membros da família, é mais perceptível em comunidades de terra firme, onde o trabalho demanda mais auxílio de mão de obra, devido ao calendário mais extenso das atividades desenvolvidas. No processo e etapas de constituição das áreas agrícolas, as mulheres só não participam da etapa de derrubada das árvores e no processo de preparo do solo, consideradas atividades mais pesadas. Ainda de acordo com Pereira (2006), o domínio das áreas agrícolas, é em grande parte responsabilidade dos homens e as mulheres só assumem esse papel quando existe a ausência do marido.

Na comunidade São João do Ipecaçu, com maior participação de mulheres observada na reunião e também no processo de elaboração dos mapas, além de terem

⁸Estudos que abordem o papel do gênero em algumas das práticas tradicionais de uso do território da RDS Amanã, foram desenvolvidos em torno do artesanato (SOUZA *et al.*, 2019); pesca e manejo (ALENCAR e SOUZA, 2019).



sido evidenciados os aspectos observados por Pereira (2006), ainda se acrescenta que foi notado que as mulheres nesta comunidade estão mais envolvidas em ações institucionais na organização de grupos de artesanato, como descrito no trabalho de Souza *et al.* (2018). Este fato pode ter propiciado a maior presença e participação com voz ativa destas mulheres, nestes espaços de discussão, além do fato de que a reunião e o mapeamento tenha ocorrido na sede do Grupo “Teçume da Amazônia”⁹.

Apesar destes importantes apontamentos descritos quanto ao perfil dos participantes do processo de elaboração dos mapas, cumpre assinalar que a análise dos mapas não se configurará a partir destes aspectos mais individualizados, uma vez que eles foram elaborados coletivamente e expressam aspectos mais amplos da territorialidade agrícola.

Parte 2 – Análise dos mapas

As comunidades, apesar de fazerem parte da mesma Unidade de Conservação, são dotadas de especificidades, que são relacionadas desde ao contexto ambiental onde estão inseridas, até a função (comercial/subsistência) da produção agrícola exercida. Foi procurando entender as técnicas envolvidas no manejo agrícola tradicional na região do médio Solimões, especialmente na RDS Amanã, que Steward e Lima (2014), por meio de uma análise etnográfica, descrevem os processos empreendidos pelos agricultores no modo de se fazer a roça (principal tipologia de uso dentro do sistema agrícola). O trabalho realizado pelas antropólogas revelou que a prática agrícola demanda um complexo e amplo conhecimento que envolve diferentes elementos, que contribuem para a formulação e construção de territorialidades.

Através dos mapas mentais, foi percebido o perfil das comunidades, a extensão destas e os aspectos produtivos mais relevantes. Os mapas mostraram também, territorialidades distintas entre essas comunidades e como as influências externas estão reconfigurando aos modos de uso e apropriação nestes territórios.

⁹ “Teçume” consiste na forma como as mulheres da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã se referem ao ato de tecer fibras vegetais e transformá-las em artefatos domésticos e artesanato comercial” e que acabou se tornando o nome do grupo de mulheres que fazem esse artesanato. (SOUZA *et al.*, 2019, p. 314)



Figura 1: Mapa Mental da Comunidade Nova Jerusalém



Figura 2: Mapa Mental comunidade São José da Mensejana

As comunidades com características mais familiares representadas nos mapas acima, onde a produção agrícola não tem tanta importância para a obtenção de renda monetária para as famílias, representaram as áreas agrícolas de maneira mais detalhada, evidenciando outras espécies de cultivo utilizadas pelas comunidades, bem como outros detalhes dos elementos construídos. Estes tipos de representações demonstram uma relação diferenciada com as áreas de cultivo, a especificação de elementos mais elaborados, podem ser interpretados ao tipo de trato agrícola.

Nos mapas destas comunidades, é possível visualizar também a dimensão da técnica em três escalas do fazer a roça. Os elementos que representam as plantas, sejam



de cultivo ou não, estão dispostos nos mapas de forma bem específica, o que demonstra uma relação de conhecimento espacial da paisagem com as plantas propícias de serem cultivadas em cada espaço. O destaque a espaços de sociabilidade, tais como campos de futebol, escolas e igrejas, também evidenciam esse caráter mais familiar nas comunidades, que consideram estes espaços de reunião e encontro, importantes para o grupo. A partir dos quesitos propostos por Kozel (2007), nos mapas destas comunidades há uma intensa presença de ícones que representam elementos construídos, com formas de representação gráfica através de desenhos. A diversidade das representações mostra que os aspectos mais relevantes na territorialidade agrícola são as áreas de manejo mais próximas as comunidades e que estas não se concentram especificamente na tipologia “roça”.

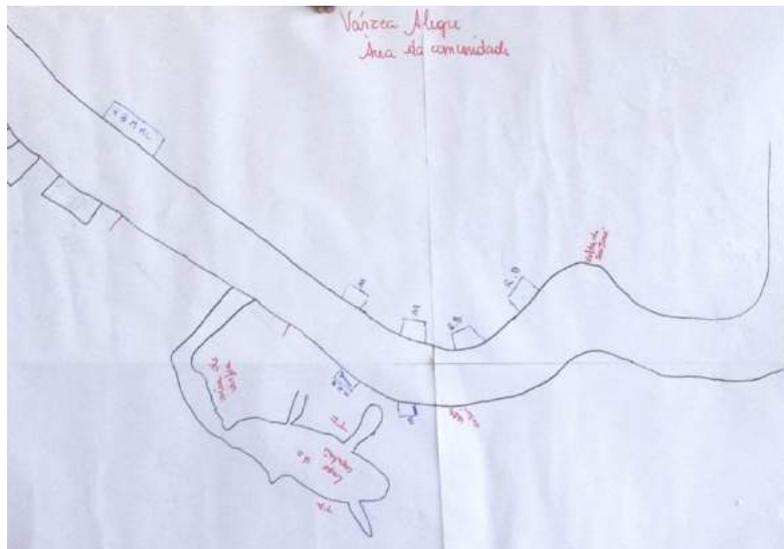


Figura 3: Mapa Mental da Comunidade Várzea Alegre.

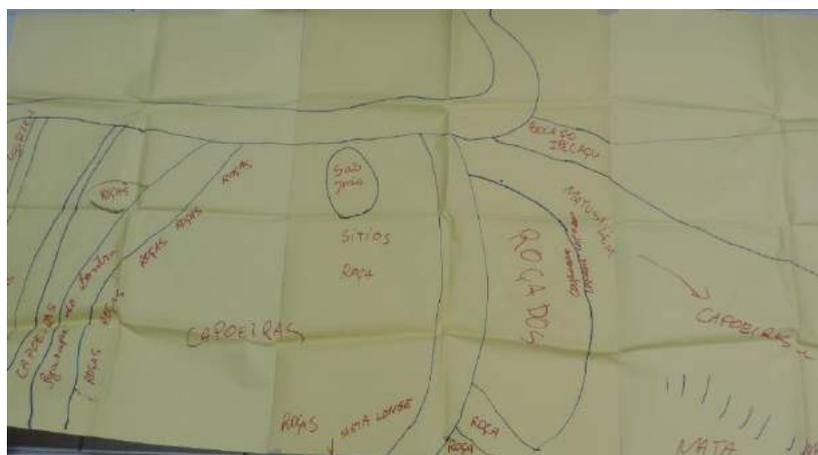


Figura 4: Mapa Mental da Comunidade Matusalém.

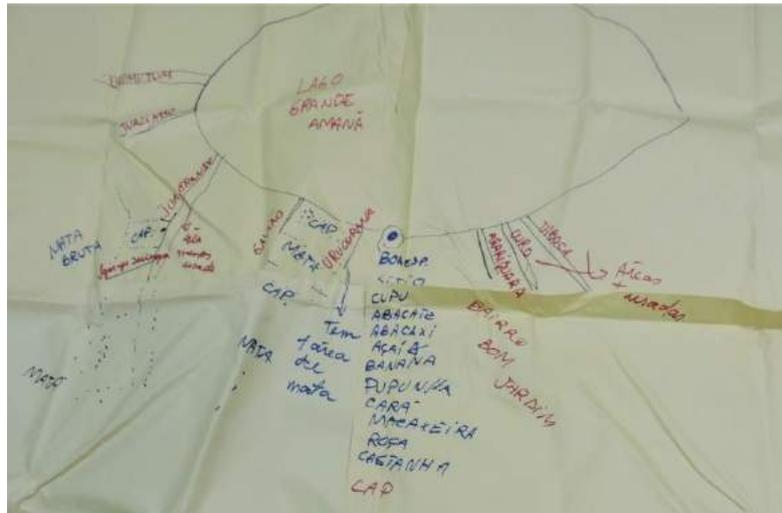


Figura 5: Mapa Mental Comunidade Boa Esperança

Comunidades inseridas em ambientes de várzea (Figuras 4 e 5) e comunidades maiores (figura 6), a forma de representação das áreas, foram com uso de poucos elementos, optando pela representação em palavras, que evidenciam um contexto de escala na espacialidade apresentada. Em comunidades com o perfil da produção agrícola voltado mais para o aspecto comercial, como é o caso de Boa Esperança e aquelas em que a pesca é a atividade econômica mais importante, no caso de Várzea Alegre, os aspectos de destaque ficam para os caminhos, representados pelos rios.

O Mapa da comunidade de Boa Esperança apresenta a dimensão da comunidade no contexto da Unidade de Conservação. Ela é a comunidade com o maior número de residências e pessoas residindo. Em razão deste aspecto, as práticas agrícolas bem como as áreas de cultivo na comunidade são as que mais se destacam. O tamanho médio das áreas é maior se comparados a outras comunidades inseridas na UC, bem como as áreas de uso recente e mais constantes como os roçados, estão mais distantes do núcleo consolidado de moradia (VIANA, 2016).

Estes fatos podem ser percebidos pela forma de representação das áreas agrícolas na comunidade. A comunidade é grande, suas áreas de uso agrícolas extensas, sendo mais difíceis assim, de representar todos estes contextos em detalhes. Por isso, o destaque ao grande lago Amanã, e aos furos e igarapés que servem de caminho e para acesso as áreas de cultivo, bem como para facilitar o escoamento da produção, a comunidade representada por um ponto, ante a dimensão dos outros elementos representados, ilustra essa grandiosidade.



A comunidade de Matusalém, inserida em um ambiente de transição entre a várzea e a PaleoVárzea, e a comunidade Várzea Alegre, inserida em área de várzea, estão sujeitas a um ambiente de extremas dinâmicas. As áreas de Paleovárzea, estão representadas no mapa da comunidade Matusalém, onde estão demarcadas as áreas de uso agrícola, que estão inseridas neste ambiente por não sofrerem tanto com a sazonalidade hidrológica anual. As outras margens do rio onde não há representação, são às áreas de várzea, pouco preteridas para estabelecimentos dos roçados, já que nas proximidades da comunidade, existem locais para estabelecimentos dos roçados por mais tempo. Matusalém é uma comunidade produtora de farinha, que é comercializada nos centros urbanos próximos a UC, como Tefé e Alvarães

Nas áreas de várzea, como é o caso da comunidade Várzea Alegre, os recursos mais utilizados são a pesca e o manejo florestal madeireiro. As áreas de roçados são menores. O ambiente de transição demanda que os agricultores explorem locais menores de cultivo com maior período de utilização consecutiva de uma mesma área e menor tempo de pousio. As áreas de roça nestes locais, normalmente estão dispostas as margens dos rios e igarapés, onde os agricultores aproveitam da boa fertilidade dos solos de várzea. Assim como o mapa de Boa Esperança, devido a escala, os elementos são representados com menos detalhes, sendo usadas palavras para indicação das áreas agrícolas.



Figura 6: Mapa Mental da Comunidade de São João do Ipecaçu

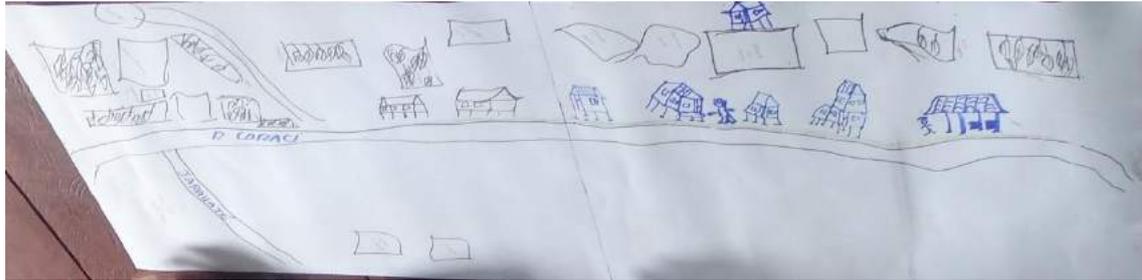


Figura 7: Mapa Mental da Comunidade São Paulo do Coraci

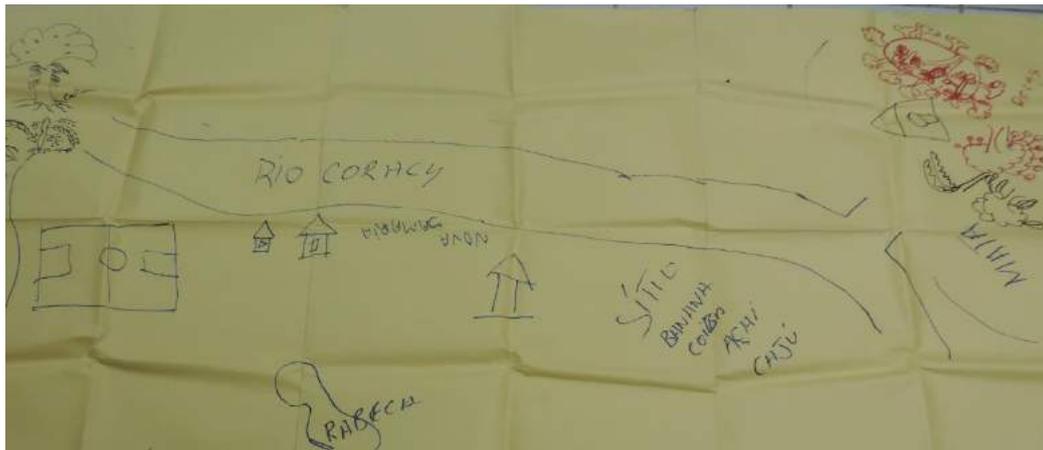


Figura 8: Mapa Mental da Comunidade Nova Samaria

As comunidades São João do Ipecaçu (figura 6), São Paulo do Coraci (figura 7) e Nova Samaria (figura 8), se destacam os elementos representativos das áreas construídas. Apesar da centralidade que o nos três locais, podemos inferir algumas diferenças fundamentais relacionadas as territorialidades agrícolas nestas três comunidades. Em São João do Ipecaçu, pode-se observar uma tendência de avanço das áreas de uso agrícola nos arredores da comunidade. Uma vez que a representação destas áreas tenha sido elaborada através de palavras, evidencia que a prática produtiva centralizada nos cultivos agrícolas não exerce influência significativa para a comunidade. Pelo mapa de São João do Ipecaçu, é possível ver ainda certa temporalidade nas diferentes camadas de paisagem representadas pelas tipologias de uso agrícola, em que as áreas de sítios (mais antigas), estão localizadas próximas ao núcleo de moradias e as áreas de capoeira (em uso e/ou em pousio), estão entre esse núcleo consolidado de moradias e as áreas de floresta ‘madura’ ou mata bruta (floresta secundária), ainda não derrubadas para estabelecimento dos roçados.

Em São Paulo do Coraci, as áreas agrícolas estão dispostas muito próximas as comunidades, ou seguindo as margens dos rios e igarapés, tal qual são as características



de áreas de uso em ambiente de várzea. Destaque para os caminhos das “roças”, com a indicação de rios e furos que auxiliam no deslocamento para as áreas de cultivo. Como é uma comunidade também inserida totalmente em ambiente de várzea, os locais para o estabelecimento dos roçados se dão ao longo das margens de rios e igarapés. Assim como na representação das áreas em Várzea Alegre, os formatos retangulares para representar as áreas de roçados, evidenciam a prática de implementação de áreas menores de plantação de mandiocas, bem perceptíveis na paisagem, diferentemente do que ocorre em áreas de Terra firme, onde muitas vezes as áreas de roçados e capoeiras e processos de estágios sucessionais distintos, se misturam a floresta, sendo perceptíveis apenas ao olhar nativo de quem lida com aquela paisagem.

Já a comunidade Samaria, apesar do destaque dado aos elementos construídos na paisagem percebida pelos comunitários, os maiores detalhes na elaboração dos ícones foram voltados aos desenhos das áreas em pousio. Por ser uma comunidade relativamente pequena se comparada as demais, o “território” agrícola desta comunidade se constrói em meio as áreas de moradia e na margem esquerda do Rio Coraci, inserida em áreas de Paleovárzea. Os roçados dessa comunidade, são realizados de um modo mais coletivo, em vez de áreas estabelecidas por núcleos familiares. Os elementos representados apresentam-se de maneira dispersa e isoladas, com diversificados detalhes para as áreas de matas. Aqui, podemos perceber pela apontamentos de Steward e Lima (2014), a dimensão na escala da planta, na representação no mapa, uma vez que os detalhamentos de diferentes espécies e tipos de plantas nos desenhos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da escala da paisagem a escala da planta, é necessário “saber como navegar neste mosaico de interações” o que é denominado por Steward e Lima, como uma “ecologia das práticas da produção”. Uma ecologia remete aos processos de relação dos agricultores com o seu meio, o que reflete nos processos de escolhas e disponibilidade das áreas, a disposição de manivas adaptadas ao ambiente em que estão inseridos, os vínculos familiares que permitirão repassar de heranças antigas capoeiras, ou novas áreas de cultivo para constituição de um novo grupo familiar.

As áreas agrícolas em suas diferentes tipologias estão associadas as áreas de uso exclusivamente familiares. Cada família, desde o momento que é constituída, terá para



si, suas áreas de cultivo. Áreas de caça, de pesca representam os usos comuns das comunidades no território. Entretanto, todos esses usos estão embasados em regras e acordos de uso entre os membros das comunidades, de modo que a evitar conflitos. Embora estes sejam recorrentes, principalmente em relação as áreas de uso comum, como os lagos de pesca e áreas de caça.

Nas áreas agrícolas conflitos por sobreposição ou usurpação de áreas, normalmente não acontecem. Os conflitos mais comuns são referentes a entrada de animais de criação em áreas de cultivo e até mesmo animais silvestres, como pacas, antas e macacos que desmantelam os roçados. A disposição espacial das áreas de cultivo, aliada a rotatividade dos processos da prática e a grande disponibilidade de terras para uso, tornam a prática agrícola na região menos passível de conflitos internos.

Na escolha das áreas para cultivo, os agricultores utilizam de critérios específicos e particulares do ambiente, tais como o solo, a localização relativa a um corpo de água e a sua moradia, além do histórico de uso do espaço (STEWART e LIMA, 2014). Na floresta adentro, as áreas de roçado e capoeiras se misturam a mata densa, e os mecanismos para se localizar as áreas são muito particulares de quem está acostumado a paisagem, “desenvolvidos e reelaborados ao longo da história de uso e interação com esses ambientes, são paisagens manejadas em constante coevolução com as comunidades delas dependentes” (MONTEIRO *et al.*, 2019).

Diferente como ocorre, por exemplo, no sistema agrícola tradicional da Serra do Espinhaço Meridional com os apanhadores de flores Sempre Vivas, onde as diferenças na paisagem permitem sua classificação para uso, tais como as áreas de Serra, de sopé, linhas de cumeeiras, dentre outros elementos geográficos de identificação (MONTEIRO *et al.*, 2019), na floresta amazônica estes elementos de destaque são menos discrepantes entre si. Isso demanda dos povos que lá vivem acionar outros mecanismos de relação, identificação e espacialização, para uso e apropriação deste território. Aliado a este fato, a constante mudança pela qual a paisagem passa, torna essa relação com o território, ainda mais complexa. Neste sentido, os saberes geográficos (CLAVAL, 2009), são desenvolvidos por meio de estratégias que se utilizam de saberes complexos, permeados por significações e compreensões muito contextualizadas pelos lugares onde se encontram. Esses saberes geográficos contextualizados são assim transmitidos e reinventados ao longo de muitas gerações.



Arturo Escobar (2015) propõe uma nova perspectiva de desenvolvimento que considere especificidades locais de modo que outras epistemes possam emergir e contribuir para um desenvolvimento mais endógeno. De acordo com Escobar (2015) é “preciso repensar a inserção do conhecimento local e da relação dos habitantes com o “lugar” para que estes sejam inseridos como protagonistas, de forma verdadeira, nos processos de intervenções em uma comunidade”

Com os mapas foi possível identificar as motivações e os processos compreendidos no estabelecimento das áreas agrícolas, e como estes representam importantes elementos para a compreensão das territorialidades locais. Entendemos que estes aspectos, construídos através das relações com ambiente, são dotados de sentidos subjetivos, simbólicos em confluência com o espaço/mundo vivido. Neste sentido, os mapas mentais são importantes ferramentas para a compreensão de territórios, auxiliando na compreensão, valorização e resgate dos saberes tradicionais no uso e apropriação do espaço.

Assim para Escobar (2015) um modelo de envolvimento que abarque os conhecimentos e as ações do lugar deve operar a partir das particularidades socioambientais e culturais deste lugar e com elas interagir, de modo que essas essências possam contrapor-se aos modelos hegemônicos de entendimento do mundo que acabam por privar outros modos de vida. Entretanto, Escobar alerta que é imprescindível um diálogo entre os diferentes saberes e concepções de mundo. Mesmo que particularizados em alguns aspectos, elementos comuns podem convergir.

Neste sentido é o diálogo entre os mapas apresentados neste artigo, foram primordiais para que o mapeamento formal realizado sobre as áreas agrícolas tomasse uma dimensão diferenciada. De mapeamento do desmatamento, o projeto se transformou em mapeamento das áreas de uso da floresta, revelando que cerca de 60% das áreas de uso agrícola eram reutilizadas, contribuindo para a manutenção da agrobiodiversidade e da floresta em pé (Portal da Amazônia, 2019). O uso dos mapas participativos em diálogo proporcionou identificar a identidade social destes grupos bem como, simultaneamente, a sua identidade territorial, contribuindo para o sítio onde as identidades se revelam, onde se vive os processos sociais, de relacionamentos interpessoais.

Entender os aspectos que constroem essas relações com ambiente, em seus sentidos subjetivos, simbólicos, a partir do espaço vivido é determinante para a



compreensão deste território, permitindo não só a permanência, mas também a valorização e resgate dos saberes tradicionais, bem como a conservação da floresta, uma vez que tem sido comprovada, cada vez mais, a influência dos diferentes povos tradicionais nas ações de manejo sustentável no uso da biodiversidade, colaborando para a sustentabilidade ambiental no país.

Palavras-chave: Cartografia Social; Populações Tradicionais, Áreas Protegidas

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate** / Henri Acselrad (organizador); Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. 225 p.

AYRES, José Marcio. **As matas de várzea do Mamirauá: Médio Rio Solimões**. Brasília, DF: CNPq; Sociedade Civil Mamirauá, 1993.

ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Isabel Soares de. Participação, cooperação e empoderamento: a atuação das pescadoras em projetos de gestão de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AM, Brasil. In: MARTÃ• NEZ, Silvia Alicia; HELLENBRANDT, Luceni (Orgs.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p.161-194.

JOLIVEAU, Thierry. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: **Cartografias sociais e território** / Henri Acselrad (organizador). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.168 p.

CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. IN: In: **Cartografias sociais e território** / Henri Acselrad (organizador). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p.

CLAVAL, Paul. Espacialidades e representações de mundo: a geografia como ciência e como representação do mundo. *GEOgrafias*, v. 5, n. 2, p. 6-22, 2009. Entrevista concedida a Guilherme da Silva Ribeiro.

DUARTE, Matusalém de Brito . O “lugar-território” na complexidade da realidade contemporânea: incursões teóricas a partir da intersubjetividade. *Caminhos de Geografia (UFU)* , v. 10, p. 75-82, 2009.

EMPERAIRE, L. Dossiê de registro: o sistema agrícola tradicional do Rio Negro. Brasília, DF: Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, 2010. 235 p. Texto final do dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. In: IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. DOSSIÊ do sistema agrícola tradicional do Rio Negro. Brasília, 2010

HOLZER, Werther.. *A Geografia Humanista: uma revisão*. Espaço e Cultura (UERJ), v. ed. co, p. 137-147, 2008.

IRION, George et al. 2010. Development of the Amazon Valley During the Middle to Late Quaternary: Sedimentological and Climatological Observations. In: *Amazonian Floodplain Forests: Ecophysiology, Biodiversity and Sustainable Management*. Springer, **Ecological Studies**. p. 27-42.2010

KOZEL, S. Mapas Mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.;



SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (Orgs.). Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (org.). As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21-60.

LIMA, Angelica Macedo Lozano; KOZEL, Salette. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia**. v.18, n.1, p. 207-231, 2009.

LIMA, D; STEWARD, A. M. RICHERS, B.T. Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi., v. 7, n. 2, p. 371-396, 2012

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. N° 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

MAGALHÃES, 2013 (?)

MONTEIRO, F. T., *et al.* Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. In: Jane Simoni Eidt, Consolacion Udry, editoras técnicas. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil - Brasília, DF: Embrapa, 2019. pp. 93-139.

PEREIRA, K. J. C; LIMA, B. F.; REIS, R.S; VEASEY, E. A. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **Revista Ukari**. Vol.2, n 1.,p. 9-26,2006.

RAFFESTIN, Claude. 1993 [1980]. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2015

SILVA, Christian Nunes da; VERBICARO, Camila. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **SCIENTIA PLENA**, v. 12, p. 1-12, 2016.

SOUSA, Marília de Jesus Silva; *et al.* *Teçume D'amazônia*: Fortalecimento Político das Mulheres Produzindo Vitalidade de Conhecimentos Tradicionais. **Amazônica, Revista de Antropologia**. (Online) 8 (2): 310 - 340, 2016

STEWART, Angela; LIMA, Deborah. Interações na roça: Por uma Ecologia das práticas da produção de mandioca no médio Solimões/AM (paper, presented at the 29th meeting 208 of the Brazilian Association of Anthropology, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, Brazil, August 3-6, 2014. 2014.

VIANA, Fernanda Maria de Freitas; STEWARD, Angela May; RICHERS, Bárbara Tadzia Trautman. Cultivo itinerante na Amazônia central: manejo tradicional e transformações da paisagem. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016.

ISSN 2179-7536. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1816>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1816>.